



Joaquim Oliveira S/A Participações
www.josapar.com.br
CNPJ N° 87.456.562/0001-22 - NIRE 43300009882
COMPANHIA ABERTA



JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Neste relatório são apresentadas também as informações de forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 55,6% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **SupraSoy**. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**.

Desempenho operacional e econômico em 2019

A safra do arroz em 2018/2019 apresentou uma produção de 10,4 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,4 milhões de toneladas. O déficit da safra de arroz no Brasil comparada à anterior foi de 13,4% no exercício. A produtividade média no Brasil foi praticamente estável, quando comparada à anterior, de 6.153Kg/ha contra 6.195kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2019 foi de R\$ 42,5, 11% acima dos R\$ 38,4 no exercício de 2018.

As expectativas para a safra 2019/2020 indicam uma oferta muito próxima (+0,8%) à anterior, de 10,52 milhões de toneladas, com pequena redução de área plantada compensada com aumento de produtividade de arroz irrigado. A conjuntura de menor oferta histórica, perspectiva de dólar elevado e menor estoque de passagem sinalizam para um fortalecimento e sustentação de preços elevados, que podem ser atenuados por eventual retração do consumo interno.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019 (R\$ Mil)	2018 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.336.673	1.208.017	128.656
Vendas Líquidas	1.218.630	1.106.752	111.878
Lucro Bruto	334.935	331.173	3.762
% LB s/VL	27,5%	30%	-2,5 p.p.
Ebitda	45.953	81.376	-35.423
% Ebitda s/VL	3,8%	7,4%	-3,6 p.p.
Ebitda ajustado*	64.508	81.376	-16.868
% Ebitda s/VL ajustado*	5,3%	7,4%	-2,1 p.p.
Lucro Líquido controladores	10.686	24.124	-13.438
% LL s/VL	0,9%	2,2%	-1,3 p.p.

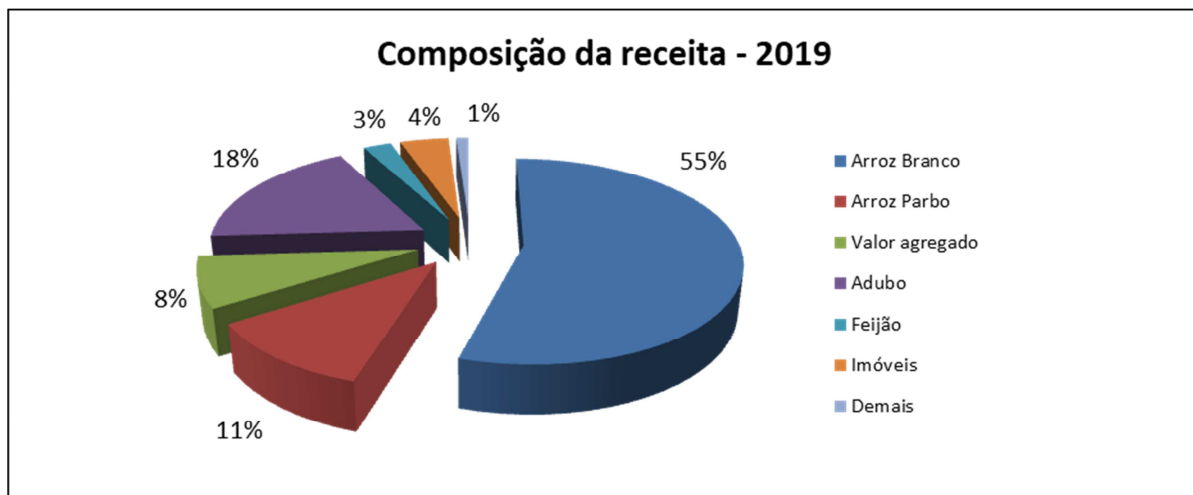
*Ebitda ajustado: Visando a adequada comparação, apresentamos o cálculo ajustado aos efeitos de R\$ 18,6 milhões de outras despesas operacionais, extraordinárias à condução dos negócios da companhia, referentes à realização de ações judiciais ativas e passivas ocorridas no primeiro trimestre de 2019.

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 16,8 milhões e foram realizados em adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. No exercício anterior foram investidos R\$ 12,7 milhões.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil através da busca constante de novos canais de distribuição da linha de alimentos e em aproveitar as oportunidades do mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 1,3 bilhão no exercício.



Mercado externo

O dólar médio em 2019 foi de R\$ 3,95, 7,3% superior ao dólar médio de 2018, de R\$ 3,68, o que favoreceu a companhia a exportar R\$ 111 milhões contra R\$ 91 milhões do exercício anterior, um acréscimo de 22% no período. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 27,5% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 335 milhões). O investimento estratégico para retomada de volume de vendas nas suas principais marcas, a variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia, a concentração do varejo e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 46 milhões, representando 4% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 81,4 milhões ou 7,4% das vendas líquidas. O desempenho do ano foi influenciado pela realização de sentença judicial passiva cujo reflexo fora de R\$ 18,6 milhões na rubrica de outras despesas operacionais. O EBITDA, ajustado a essa ocorrência atípica monta R\$ 64,5 milhões ou 5,3% das vendas líquidas, e reflete o investimento estratégico da companhia na retomada de volumes físicos vendidos sob suas marcas.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 521 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 27,6 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 64 milhões, contra R\$ 159 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

A pressão nas margens, ocasionadas pelo investimento em volume e pela realização das ações judiciais passivas e ativas contribuíram para o menor resultado operacional. Tais fatores, mesmo considerando a queda das despesas financeiras, resultaram no lucro líquido de R\$ 10,6 milhões (R\$ 1.010 pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 24 milhões (R\$ 2.279 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 499 milhões contra R\$ 489 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 1.177 mil e que será distribuído durante o ano de 2020.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				
Caixas e Equivalentes de caixa (nota 3.b)	322.005	411.570	392.181	469.044
Clientes (nota 3.c e 5)	240.367	234.729	266.102	258.805
Estoques (nota 7)	183.403	193.617	216.084	227.067
Adiantamentos a fornecedores (nota 6)	150.254	155.432	150.254	155.432
Impostos a compensar (nota 8)	79.055	81.274	79.228	81.472
Outras contas	19.034	50.287	15.507	44.351
Total do ativo circulante	994.118	1.126.909	1.119.356	1.236.171
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	4.731	4.719
Incentivos fiscais	856	856	856	856
Coligadas (nota 13)	11.022	9.375	10.893	9.727
Créditos fiscais diferidos (nota 15)	40.002	14.420	40.002	14.420
Impostos a compensar (nota 8)	80.959	5.033	80.959	5.033
	132.839	29.684	137.441	34.755
Investimentos (nota 9.a e 9.b)	215.823	208.815	309.793	310.003
Imobilizado (nota 10)	232.076	230.760	233.711	232.590
Intangível (nota 10)	1.932	1.947	1.967	1.982
Total do ativo não circulante	582.670	471.206	682.912	579.330
Total do ativo	1.576.788	1.598.115	1.802.268	1.815.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	46.755	49.343	47.270	50.014
Instituições financeiras (nota 11)	414.741	392.073	414.741	392.073
Arrendamento Mercantil	1.423	-	1.423	-
Obrigações sociais e tributárias	16.496	16.941	19.392	19.551
Dividendos propostos (nota 16.e)	3.046	6.875	5.789	9.112
Credores diversos	9.349	11.272	10.880	11.469
Provisão para contingências (nota 20)	11.893	45.317	11.893	45.317
Outras contas	10.091	12.054	16.126	21.901
Total do passivo circulante	513.794	533.875	527.514	549.437
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras (nota 11)	496.172	509.015	496.172	509.015
Arrendamento Mercantil	1.181	-	1.181	-
Partes relacionadas (nota 13)	2.077	1.223	2.078	1.224
Obrigações sociais e tributárias (notas 14,15 e 19)	43.852	43.885	43.852	43.885
Impostos diferidos s/ ajuste avaliação patrimonial	20.390	20.810	27.972	28.413
Outros débitos	475	475	33.217	22.946
Total do passivo não circulante	564.147	575.408	604.472	605.483
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 16.d)	37.316	38.550	37.316	38.550
Reserva reflexo controlada	133.189	130.996	133.189	130.996
Reserva estatutária	154.182	171.571	154.182	171.571
Reserva Legal (nota 16.b)	16.294	15.760	16.294	15.760
Subvenção para Investimentos (nota 16.c)	37.314	11.403	37.314	11.403
Patrimônio líquido dos controladores	498.847	488.832	498.847	488.832
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	171.435	171.749
Total do patrimônio líquido	498.847	488.832	670.282	660.581
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.576.788	1.598.115	1.802.268	1.815.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.168.195	1.071.509	1.225.951	1.117.261
Mercado externo	110.722	90.756	110.722	90.756
	1.278.917	1.162.265	1.336.673	1.208.017
Deduções da receita bruta	(114.122)	(98.382)	(118.043)	(101.265)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.164.795	1.063.883	1.218.630	1.106.752
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)	(882.909)	(774.709)	(883.695)	(775.579)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	281.886	289.174	334.935	331.173
Despesas com vendas (nota 17)	(168.372)	(151.016)	(168.372)	(151.016)
Despesas gerais e administrativas (nota 17)	(86.374)	(88.327)	(119.238)	(115.009)
Outras receitas / despesas operacionais	(17.176)	1.146	(16.898)	1.146
Resultado de equivalência patrimonial	9.443	7.468	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	19.407	58.445	30.427	66.294
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	63.544	62.364	68.397	66.888
Despesas financeiras	(95.261)	(95.691)	(95.982)	(96.151)
	(31.717)	(33.327)	(27.585)	(29.263)
Participação dos funcionários	(1.177)	(3.019)	(1.177)	(3.019)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.487)	22.099	1.665	34.012
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 15)	-	-	(7.350)	(5.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 15)	24.173	2.025	24.173	2.025
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	10.686	24.124	18.488	30.296
Atribuído aos acionistas controladores	10.686	24.124	10.686	24.124
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	7.802	6.172
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.686	24.124	18.488	30.296
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	1.009,78	2.279,61	1.009,78	2.279,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	10.686	24.124	10.686	24.124
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de avaliação patrimonial	524	-	524	-
Total do resultado abrangente do exercício	11.210	24.124	11.210	24.124

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora										
	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros		Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	120.000	552	40.968	131.397	163.963	14.554	-	-	471.434	168.565	639.999
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(2.418)	-	-	-	-	2.418	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(401)	-	-	-	550	149	-	149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	24.124	24.124	-	24.124
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.184	3.184
Dividendos propostos (R\$ 649,69 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(6.875)	(6.875)	-	(6.875)
Constituição de reservas	-	-	-	-	(7.608)	1.206	11.403	(20.217)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	552	38.550	130.996	171.571	15.760	11.403	-	488.832	171.749	660.581
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(1.234)	-	(9.921)	-	11.666	1.241	1.752	-	1.752
Reflexo de controladas	-	-	-	2.193	-	-	-	(1.570)	623	-	623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.686	10.686	-	10.686
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)
Dividendos propostos (R\$ 287,79 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(3.046)	(3.046)	-	(3.046)
Constituição de reservas	-	-	-	-	(7.468)	534	14.245	(7.311)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	120.000	552	37.316	133.189	154.182	16.294	37.314	-	498.847	171.435	670.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.686	24.124	10.686	24.124
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	15.146	14.540	15.526	15.082
Resultado nas operações venda ou baixa de ativo fixo	124	2.221	191	2.221
Equivalência patrimonial	(9.443)	(7.468)	-	-
Provisões de contingências	6.438	15.994	6.438	15.994
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	359	1.124	359	1.124
	<u>12.624</u>	<u>26.411</u>	<u>22.514</u>	<u>34.421</u>
 Variação dos ativos:				
Clientes	(5.997)	(30.678)	(7.656)	(34.729)
Estoques	10.214	(14.485)	10.983	(14.615)
Créditos com coligadas	(1.647)	(3.278)	(1.166)	(3.097)
Impostos a compensar	(73.707)	(17.826)	(73.682)	(17.965)
Adiantamentos a fornecedores	5.178	(8.371)	5.178	(8.371)
Outros	8.105	(16.485)	3.294	(5.806)
	<u>(57.854)</u>	<u>(91.123)</u>	<u>(63.049)</u>	<u>(84.583)</u>
 Variação dos passivos:				
Fornecedores	(2.588)	17.845	(2.744)	17.992
Obrigações sociais e tributárias	(898)	37.565	(633)	37.836
Débitos com coligadas	854	(886)	854	(1.060)
Outros	(41.373)	(56.788)	(31.123)	(67.378)
	<u>(44.005)</u>	<u>(2.264)</u>	<u>(33.646)</u>	<u>(12.610)</u>
Recursos líquidos das atividades operacionais	<u>(78.549)</u>	<u>(42.852)</u>	<u>(63.495)</u>	<u>(38.648)</u>
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	166	545
Adições de imobilizado e intangível	(16.571)	(12.586)	(16.823)	(12.714)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	<u>(16.571)</u>	<u>(12.586)</u>	<u>(16.657)</u>	<u>(12.169)</u>
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	529.931	542.503	529.931	542.503
Pagamentos de financiamentos	(517.502)	(462.682)	(517.502)	(462.682)
Participação de minoritários	-	-	(314)	3.184
Dividendos	(6.874)	(5.438)	(8.826)	(7.651)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	<u>5.555</u>	<u>74.383</u>	<u>3.289</u>	<u>75.354</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(89.565)</u>	<u>18.945</u>	<u>(76.863)</u>	<u>24.537</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	411.570	392.625	469.044	444.507
Saldo no final do exercício	<u>322.005</u>	<u>411.570</u>	<u>392.181</u>	<u>469.044</u>
	<u>(89.565)</u>	<u>18.945</u>	<u>(76.863)</u>	<u>24.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS				
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	1.239.320	1.127.753	1.295.514	1.172.509
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(359)	(1.124)	(359)	(1.124)
Outras receitas operacionais	-	1.146	278	1.146
	<u>1.238.961</u>	<u>1.127.775</u>	<u>1.295.433</u>	<u>1.172.531</u>
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(646.494)	(556.893)	(647.281)	(557.763)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(392.689)	(336.421)	(413.169)	(349.992)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	(78)
	<u>(1.039.183)</u>	<u>(893.314)</u>	<u>(1.060.450)</u>	<u>(907.833)</u>
Valor adicionado bruto	199.778	234.461	234.983	264.698
Depreciação e amortização	(15.146)	(14.540)	(15.526)	(15.082)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	184.632	219.921	219.457	249.616
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	9.443	7.468	-	-
Receitas financeiras	63.544	62.364	68.397	66.888
	<u>72.987</u>	<u>69.832</u>	<u>68.397</u>	<u>66.888</u>
Valor adicionado total a distribuir	257.619	289.753	287.854	316.504
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	89.903	85.948	99.398	96.914
Impostos e contribuições	74.058	78.023	86.276	87.250
Juros e aluguéis	101.091	101.658	101.811	102.044
Dividendos	3.046	6.875	3.046	6.875
Lucros retidos	7.640	17.249	7.640	17.249
Participação dos acionistas não controladores	-	-	7.802	6.172
Outros	(18.119)	-	(18.119)	-
	<u>257.619</u>	<u>289.753</u>	<u>287.854</u>	<u>316.504</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

Potenciais efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

A Companhia está avaliando os potenciais impactos sobre os seus negócios futuros, que poderão advir da chegada da pandemia “Coronavírus” ao Brasil. Entretanto, até o momento, não identificou nenhum evento que possa impactar significativamente suas atividades operacionais, assim como tem adotado as determinações do Ministério da Saúde com relação à redução de exposição dos seus colaboradores.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta)
- Josapar Internacinal – (direta)
- Copérnico – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda – (indireta)
- Real Rio Grande Ltda – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes de sua venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável

que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 65 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos

diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2019 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

m) Novas normas e interpretações

Em 2018 foi publicada a norma IFRS 16 (CPC 06 R2) – Arrendamento mercantil, a qual é aplicável prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento existentes. A menos que o contrato possua um prazo igual ou menor que doze meses ou um valor imaterial. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos, e concluíram que não havia impacto nas suas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2019. Entretanto, foi identificado contrato de arrendamento operacional da unidade de Recife/PE, com validade a partir de 1º de abril de 2019.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 65 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ativos:		
Aplicações financeiras/disponibilidades	7.989	7.680
Contas a receber de clientes	10.990	12.299
	18.979	19.979
Passivos:		
Investimentos	(240)	(368)
Empréstimos e financiamentos	(41.503)	(17.376)
	(41.743)	(17.744)
Exposição ativa líquida	(22.764)	2.235

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2019 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez19	4,50%	aa		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		4,50%			4,50%	5,63%	6,75%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31.12.2019	R\$230.763	diversos	CDI	diversos	R\$247.545	R\$250.681	R\$253.836
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$3.136	R\$6.291

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Clientes mercado interno	235.814	228.508	265.403	256.438
Clientes mercado externo	10.990	12.299	10.990	12.299
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.437)	(6.078)	(10.291)	(9.932)
Total	240.367	234.729	266.102	258.805

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Produtos acabados e semi-elaborados	58.125	64.647	58.125	64.647
Mercadorias para revenda	2.373	3.822	2.373	3.822
Matérias - primas	112.262	116.683	112.262	116.683
Outros	10.643	8.465	10.643	8.465
Imóveis	-	-	32.681	33.450
Total	183.403	193.617	216.084	227.067

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamento a fornecedores de arroz	146.817	149.572
Adiantamento a fornecedores diversos	3.437	5.860
Total	150.254	155.432

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
<u>Ativo circulante</u>		
PIS e COFINS	54.376	57.281
IRPJ e CSLL	11.686	15.387
ICMS	5.710	5.420
Refis Lei 11.941/09 (não consolidado)	7.283	3.186
Total	79.055	81.274
<u>Ativo não circulante</u>		
PIS, COFINS e ICMS s/ Imobilizado	1.672	993
FINSOCIAL	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236
PIS E COFINS	75.247	-
Outros créditos	229	229
Total	80.959	5.033

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os registrados no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais serão realizados futuramente.

O valor do REFIS, refere-se a parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2019, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	55,6013	386.834	49.500	17.247	9.443
Josapar Internacional	50	100	248	202	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades p/ investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2018	208.087	238	490	208.815	308.466	1.537	310.003
Reflexo ajustes em controladas	623	10	-	633	-	-	-
Dividendos a receber	(3.068)	-	-	(3.068)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	9.443	-	-	9.443	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	(166)	(44)	(210)
Em 31 de dezembro de 2019	215.085	248	490	215.823	308.300	1.493	309.793

10. IMOBILIZADO

Controladora	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de		Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
			Direito de Uso	Veículos				
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	-	312	71.834	9.014	17.801	235.012
Adições	4	-	-	-	1.957	10.213	310	12.484
Baixas	(993)	(718)	-	-	(509)	(1)	-	(2.221)
Transferências	-	203	-	11	2.109	(4.290)	1.967	-
Depreciação	-	(2.889)	-	(59)	(8.437)	-	(3.130)	(14.515)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	264	66.954	14.936	16.948	230.760
Adições	33	32	3.199	173	3.721	8.789	583	16.530
Baixas	-	-	-	(90)	-	-	(34)	(124)
Transferências	-	-	-	-	2.827	(3.630)	803	-
Depreciação	-	(2.880)	(889)	(52)	(8.631)	-	(2.638)	(15.090)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	295	64.871	20.095	15.662	232.076

Consolidado	Imóveis		Bens de		Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
	terrenos	prédios	Direito de Uso	Veículos				
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	-	1.079	72.266	9.636	18.224	237.256
Adições	4	-	-	-	1.979	10.213	416	12.612
Baixas	(993)	(718)	-	-	(509)	(1)	-	(2.221)
Transferências	-	203	-	11	2.109	(4.290)	1.967	-
Depreciação	-	(2.889)	-	(444)	(8.440)	-	(3.284)	(15.057)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	646	67.405	15.558	17.323	232.590
Adições	33	32	3.199	356	3.721	8.789	652	16.782
Baixas	-	-	-	(157)	-	-	(34)	(191)
Transferências	-	-	-	-	2.827	(3.630)	803	-
Depreciação	-	(2.880)	(889)	(285)	(8.634)	-	(2.782)	(15.470)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	560	65.319	20.717	15.962	233.711

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	1.826	44	1.870	1.861	44	1.905
Adições	-	102	102	-	102	102
Depreciação	-	(25)	(25)	-	(25)	(25)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	1.826	121	1.947	1.861	121	1.982
Adições	-	41	41	-	41	41
Depreciação	-	(56)	(56)	-	(56)	(56)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	1.826	106	1.932	1.861	106	1.967

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos de informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2019 foi de R\$ 1.234, empresa e consolidado, em 2018-(R\$2.418, empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019, o direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do exercício incluem o valor de R\$ 3.199 referente ao direito de uso arrendado. (Vide detalhes na Nota 12).

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	6.710	5.387
Crédito Rural – recursos livres	160.913	186.615
Capital de giro	205.525	182.565
Total	373.148	374.607

Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	90	90
Capital de giro-FINIMP	41.503	17.376
Total	41.593	17.466
Total do Circulante	414.741	392.073

<u>Passivo não circulante</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	22.968	22.939
Capital de giro	337.604	269.523
Crédito Rural – recursos livres	135.450	216.275
Total	496.022	508.737

Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	150	278
Total	150	278
Total do não circulante	496.172	509.015

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Vencimentos de longo prazo		
2020	-	374.201
2021	295.483	96.918
2022	128.641	18.098
2023	53.370	14.676
2024	15.225	1.669
2025	1.791	1.791
2026	1.662	1.662
Total do não circulante	496.172	509.015

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,97%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,47%	a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,94%	a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	1,67%	a.a
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	3,97%	a.a
Capital de Giro - FINIMP	CDI	1,55%	a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 10.883 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Levantamento dos contratos vigentes

A Administração identificou os contratos vigentes, substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17/CPC 06), avaliando se contêm ou não contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

O resultado apontou os potenciais impactos da aplicação inicial que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 teve sobre as demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

A Companhia reconheceu 01 (um) novo ativo relacionado ao contrato de arrendamento vigente para locação do imóvel operacional localizado em Recife-PE.

A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passou a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remensuração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesas financeiras de juros. Anteriormente, a Companhia reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento.

Com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivemos os seguintes impactos iniciais:

- Aumento de direito de uso do Ativo não Circulante - R\$3.199
- Aumento do passivo de arrendamento Circulante - R\$1.131
- Aumento do passivo de arrendamento Não Circulante - R\$2.068
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional) - R\$1.200

13. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	2.188	-	13.367	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(1.223)	-	1.252	(1.223)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	393	-	-	1.018	-
Ferragens Vianna S.A.	2.743	-	-	2.743	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	2.123	-	-	2.123	-
Outros	1.928	-	-	2.591	(1)
Em 31 de dezembro de 2018	9.375	(1.223)	13.367	9.727	(1.224)
Real Empreendimentos S.A.	2.684	-	8.424	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(2.077)	-	1.252	(2.077)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.786	-	-	2.786	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	3.041	-	-	3.041	-
Outros	2.103	-	-	2.781	(1)
Em 31 de dezembro de 2019	11.022	(2.077)	8.424	10.893	(2.078)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Tributos s/ deprec. Incentivada	-	6
IRPJ e CSLL diferidos (*)	4.779	2.951
Parcelamentos (**)	39.073	40.928
Total	43.852	43.885

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 15.b

(**) Vide nota 19

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição social diferida	11.052	4.142	11.052	4.142
Imposto de renda diferido	28.950	10.278	28.950	10.278
Total	40.002	14.420	40.002	14.420

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição social diferida	(1.268)	(781)	(1.268)	(781)
Imposto de renda diferido	(3.511)	(2.170)	(3.511)	(2.170)
Total	(4.779)	(2.951)	(4.779)	(2.951)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Corrente				
Contribuição social	-	-	(1.972)	(1.545)
Imposto de renda	-	-	(5.378)	(4.196)
	-	-	(7.350)	(5.741)
Diferido				
Contribuição social	6.534	854	6.534	854
Imposto de renda	17.639	1.171	17.639	1.171
	24.173	2.025	24.173	2.025
Total	24.173	2.025	16.823	(3.716)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	(13.487)	22.099	1.665	34.012
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	7.802	6.172
	(13.487)	22.099	9.467	40.184
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	4.586	(7.514)	(3.219)	(13.663)
Exclusões (adições) permanentes	5.464	3.265	5.464	3.265
Exclusões (adições) temporárias	15.377	10.235	15.377	10.235
Efeito tributação em controlada	-	-	455	408
Outros	(1.254)	(3.961)	(1.254)	(3.961)
Total	24.173	2.025	16.823	(3.716)

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais; 2020:9, 20%, 2021:9, 20%, 2022:9, 20%, 2023:9, 20%, 2024:9, 20% e o restante 54% nos os próximos 5 anos.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas Demonstrações Financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$ 16.294 –(R\$15.760 em 2018).

c) Subvenção para Investimentos

A companhia possui incentivos governamentais caracterizados como subvenções para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registra o montante de R\$37.314 (R\$11.403 em 2018) inclui o valor de R\$11.666 decorrente de crédito extemporâneo levantado sobre exercícios anteriores.

Os valores registrados no exercício, são transferidos para a conta “Subvenção para Investimentos” em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro Líquido do exercício	10.686	24.124
Reserva legal	(534)	(1.206)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	<u>10.152</u>	<u>22.918</u>
Dividendos propostos – 30%	<u>3.046</u>	<u>6.875</u>

Os dividendos propostos correspondem a R\$ 287,43 -(R\$648,88 em 2018) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 316,17 -(R\$713,77 em 2018) por lote de mil ações preferenciais.

17. GASTOS OPERACIONAIS

Por função:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Custos dos produtos	(882.909)	(774.709)	(883.695)	(775.579)
Despesas com vendas	(168.372)	(151.016)	(168.372)	(151.016)
Despesas gerais e administrativas	(87.551)	(91.346)	(120.415)	(118.028)
Outras despesas	(17.176)	1.146	(16.898)	1.146
	<u>(1.156.008)</u>	<u>(1.015.925)</u>	<u>(1.189.380)</u>	<u>(1.043.477)</u>
Por natureza:	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Depreciações e amortizações	(15.146)	(14.540)	(15.526)	(15.082)
Despesas com pessoal	(89.903)	(85.948)	(99.398)	(96.914)
Matérias primas e materiais	(646.494)	(556.893)	(647.281)	(557.763)
Fretes	(103.213)	(85.977)	(103.213)	(85.977)
Outras	(301.252)	(272.567)	(323.962)	(287.741)
	<u>(1.156.008)</u>	<u>(1.015.925)</u>	<u>(1.189.380)</u>	<u>(1.043.477)</u>

No exercício findo em 31.12.2019, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$5.779 -(R\$7.971 em 2018), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	130.000	Dezembro/2020

Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro/2020
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro/2020
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Dezembro/2020
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril/2021

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
<u>Passivo circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	3.487	3.487
PERT (IRPJ e CSLL)	475	475
	<u>3.962</u>	<u>3.962</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	35.523	37.146
PERT (IRPJ e CSLL)	3.550	3.782
	<u>39.073</u>	<u>40.928</u>
	<u>43.035</u>	<u>44.890</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTINAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2019, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou

remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$80.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Provisão para contingências	14.541	48.156	15.967	49.582
(-) Depósitos judiciais	(2.648)	(2.839)	(4.074)	(4.265)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	11.893	45.317	11.893	45.317

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS sofreram cobrança judicial por parte do Sonae Distribuição do Brasil (sucedido por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada parcialmente procedente em primeiro grau. Desde então ambas as partes interuseram recursos em várias instâncias judiciais até que, por conta de desprovimento de agravos junto ao STJ em março de 2019, a administração da Companhia transferiu parte do saldo da provisão para a rubrica de credores diversos - passivo circulante, onde o processo foi liquidado.

A companhia impetrou em 2000 o processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal processo obteve sentença favorável por repercussão geral no julgamento do Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 02 de outubro de 2017. A companhia, juntamente com seus consultores legais apurou e reconheceu, com base em processo transitado em julgado, ativo no valor de R\$75.248, referente créditos tributários federais a realizar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Adures de Oliveira
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Lauro de Oliveira Lapa
Ary Teixeira de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas

JOSAPAR – Joaquim de oliveira S.A. Participações

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim de oliveira S.A. Participações (Companhia)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim de oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações financeiras

Porque é um PAA:

Em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R\$910.913 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$414.741 mil e R\$496.172 mil, entre o passivo

circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 80% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$66.438 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2020.

Carlos Alberto dos Santos
Contador – CRCRS nº 69.366
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360

**JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N. 87.456.562/0001-22
NIRE N. 43300009882**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal em cumprimento às disposições legais, examinaram o Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações financeiras e notas explicativas elaboradas periodicamente e anualmente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões objetivando esclarecer dúvidas sobre atos, registros e documentos contábeis e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões trimestrais, finais e extemporâneas com os Auditores Externos da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes, sobre os referidos atos e documentos acima citados e questionamento sobre o cumprimento do seu plano de trabalho de auditoria, inventários físicos e indagações sobre as respostas das circularizações dos advogados em relação as causas ativas e passivas e sua divulgação nas notas explicativas finais. Com base nos nossos exames acima citados e nas informações e esclarecimentos recebidos em diversas reuniões, e considerando o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes em 16 de março de 2020, sem modificação de opinião, os Membros do Conselho Fiscal abaixo assinados são de parecer que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas e o Relatório de Administração estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre (RS), 18 de março de 2020.

Jarbas Lima da Silva Sérgio Nunes de Nunes Everaldo Luiz Meireles Gonçalves

JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES

CNPJ: 87.456.562/0001-22

NIRE 43300009882

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.

Luciano Adures de Oliveira

(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)

JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES
CNPJ: 87.456.562/0001-22
NIRE 43300009882

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)